



PREFEITURA DE

EDÉIA

COM A FORÇA DO POVO!

2021/2024

PUBLICAÇÃO

Certifico para todos os fins
que o documento presente foi
deixado no Placard da Prefeitura
no dia 24/10/2022
[Assinatura]

LEI Nº 1.069, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

*“Institui o programa para custeio de exames eletivos
no âmbito do Município de Edéia e dá outras
providências”.*

O PREFEITO MUNICIPAL da cidade de Edéia-GO:

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Custeio de Exames, no âmbito do Município de Edéia, em diversas especialidades, em caráter eletivo e complementar ao SUS, e em benefício a pacientes residentes no Município, quando atendidos pela demanda do Sistema Único de Saúde - SUS, nos termos desta Lei.

Art. 2º. É de competência da Secretaria Municipal de Saúde, conjuntamente com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, através de suas respectivas estruturas, a implantação do programa, o gerenciamento, administração e fiscalização dos serviços especializados dos exames a serem oferecidas para pacientes, bem como a avaliação e concessão dos benefícios de que trata esta Lei.

§1º. Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social providenciar o levantamento cadastral das pessoas/municípes e cidadãos em estado de vulnerabilidade e hipossuficiência, para fins de recebimento das benesses previstas no programa em testilha.

§2º. Deverão ser observados, aos interessados, para a requisição do benefício aqui previsto, os seguintes requisitos:

I - O formulário de requerimento para atendimento de necessidade Social da Pessoa Física é o constante do Anexo I, desta Lei:

II – O preenchimento do formulário é obrigatório, devendo sempre indicar em qual hipótese normativa, estabelecida nesta Lei, se enquadra a pretensão analisada;

III – Para fins de destinação dos benefícios de que trata a presente Lei, é obrigatório que o pleiteante se submeta ao cadastramento socioeconômico, de acordo com o mínimo de informações contidas no formulário próprio;

§3º. Quando da análise socioeconômica, deverão ser observados, impreterivelmente e cumulativamente, os seguintes critérios:

I – Comprovar a impossibilidade financeira de arcar com o procedimento necessitado;

II – Residir na municipalidade;

III – Ser inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

IV - Cadastrado no Programa Estratégia de Saúde da Família (ESF) de Edéia;

V – Inscrito no cadastro do Cartão SUS;

VI – Ter o procedimento sido solicitado por profissional da respectiva especialidade, com receituário confeccionado por médico da Rede Pública de Saúde, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina, que receberá o carimbo de “despachado” e que, por conseguinte, o inutilizará para outras finalidades.

Art. 3º. O Programa de Exames Eletivos compreende a concessão de benefício de custeio de Exames Eletivos aos cidadãos edeenses que se enquadrarem nos requisitos impostos na presente Lei.

Art. 4º. Os Exames Eletivos serão realizados gratuitamente aos pacientes, mediante avaliação e/ou encaminhadas por médicos que atuam na Secretaria Municipal de Saúde de Edéia, ou indicados pela mesma, que analisarão a necessidade, bem como a urgência dos procedimentos.

Parágrafo único. Os exames eletivos, custeados pelo Município, seguirão os parâmetros da Tabela SUS, sempre condicionados ao parecer prévio da Junta Médica e do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 5º. Compete aos médicos do Município de Edéia, que forem responsáveis pela autorização do benefício, elaborar e manter atualizado o prontuário do beneficiário, devendo realizar a monitoração individual e o controle de saúde do paciente submetido ao exame.

Art. 6º. Os serviços de realização dos Exames Eletivos serão prestados por empresa/profissional, devidamente autorizados pelo Município de Edéia, em hospital/clínica credenciado pelo SUS, mediante processo licitatório e/ou credenciamento.



Parágrafo único. Fica ainda o Chefe do executivo autorizado, para realização dos procedimentos elencados nesta norma, a celebrar os convênios necessários, bem como a contratação de outros hospitais, para prestação dos serviços de assistência médica hospitalar em regime de hospitalização e ambulatorial em suas instalações e dependências.

Art. 7º. Fica autorizado o Poder Executivo a complementar os valores da tabela do Sistema Único de Saúde – SUS a serem pagos aos hospitais/clínicas, no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a reajustar e aumentar o valor previsto no *caput* deste artigo.

Art. 8º. Os recursos necessários para a manutenção das atividades e outros necessários para o cumprimento da presente Lei, correrão por conta de dotação orçamentária específica, vinculada ao Fundo Municipal de Saúde do Município: 10.302.0210.2.045 – 3.3.90.39.00 manutenção de média/alta complexidade.

Art. 9º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a expedir os atos necessários, no que couber, à execução das disposições da presente Lei.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, INTIME-SE e REGISTRE-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE EDÉIA, Estado de Goiás, aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, 134º da República.

José Wagner Neves de Andrade
Prefeito Municipal